

CADERNO DE ENCARGOS AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS



CLÁUSULA 1.ª

Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a **aquisição e distribuição de fruta, no âmbito do Programa Regime Escolar do Regulamento (UE) nº2017/39, nos estabelecimentos de educação do 1º Ciclo do Ensino Básico do concelho de Águeda.**

CLÁUSULA 2.ª

Período de execução

- 1 - O fornecimento de bens deverá ser efetuado de acordo com as datas constantes no **Anexo C.**
- 2 - A suspensão e/ou a alteração/adiamento da data do fornecimento previsto no ponto anterior, poderá ter lugar nos termos da legislação em vigor, motivada pelas medidas excecionais e temporárias de resposta à pandemia da doença COVID-19, que estiver em vigor à data da prática dos atos de cancelamento ou de alteração/adiamento.

CLÁUSULA 3.ª

Preço base

- 1 - O preço base do presente procedimento é de **11.427,78€ (onze mil, quatrocentos e vinte e sete euros e setenta e oito cêntimos)**, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondendo ao preço máximo que a entidade Adjudicante se dispõe pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato.
- 2 – Para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 47.º do CCP o preço base foi definido tendo em conta os custos médios unitários resultantes de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.

CLÁUSULA 4.ª

Contrato

1 – O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual, e integra os seguintes elementos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
- c) O presente Caderno de Encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos (CCP) e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.

CLÁUSULA 5.ª

Produção de Efeitos e Prazo de Vigência do Contrato

1 – O presente contrato produz efeitos à data da formalização da adjudicação ou da celebração do contrato escrito, sempre que a ele houver lugar, prevendo-se que a respetiva execução venha a ter início a 3 de janeiro de 2022.

2 – O contrato mantém-se em vigor até à entrega dos bens ao contraente público, que deverá ocorrer até ao dia **30 de junho de 2022**, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes no presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.

3- Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei e no presente caderno de encargos, o contrato pode ser resolvido, a título sancionatório, no caso do segundo outorgante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

4 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao segundo outorgante, através de carta registada, com pelo menos 60 (sessenta) dias de antecedência, em conformidade com os respetivos termos e condições constantes do presente caderno de encargos e no disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

CLÁUSULA 6.ª

Documentos da Proposta

1 – A proposta deve ser constituída pelos seguintes documentos:

- a) Declaração de aceitação do conteúdo do caderno de encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante do anexo I do CCP;
- b) Preço total da proposta;
- c) Preço unitário de todos os artigos constantes no Anexo B;
- d) Referência a aspetos que, do ponto de vista do concorrente, sejam pertinentes e que contribuam para a boa compreensão da proposta relativa ao fornecimento proposto;
- e) Certificado que comprove que pelo menos 50% dos bens a fornecer têm origem num dos seguintes regimes públicos de qualidade certificada - Produção Integrada (PRODI), Proteção Integrada (PI), Modo de Produção Biológico (MPB), Denominação de Origem Protegida (DOP), Indicação Geográfica Protegida (IGP), de acordo com os Regulamentos do Conselho N.º 510/2006, de 20 de março, e n.º 834/2007, de 28 de junho.

2 – Os concorrentes terão que apresentar preços para todos os artigos constantes do Anexo B sob pena de exclusão. Os preços deverão ser apresentados sem IVA e, caso seja aplicável, referir a isenção do mesmo.

CLÁUSULA 7.ª

Critério de adjudicação

1 – A adjudicação é feita segundo o critério da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinada pela modalidade do monofator, densificado pelo preço, de acordo com o definido na alínea b) do n.º 1 do artigo 74.º do CCP.

2 – Em caso de igualdade de preço das propostas de valor mais baixo, será efetuado um sorteio apenas entre as mesmas, para determinar a que ficará em 1º lugar.

3 – O sorteio far-se-á por extração de boletins de papel numerados, dobrados e colocados no interior de um saco, a efetuar pelos concorrentes das propostas de preço igual. A proposta do concorrente que tirar o boletim de papel com o número mais baixo será a vencedora.

CLÁUSULA 8.ª

Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

CLÁUSULA 9.ª

Propostas Parciais

Não são admitidas propostas parciais.

CLÁUSULA 10.ª

Negociação

As propostas apresentadas não serão objeto de Negociação.

CLÁUSULA 11.ª

Condições de Adjudicação e de contratação

A decisão de adjudicação está condicionada à possibilidade de assunção do respetivo compromisso, conforme a Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, republicada em anexo à Lei n.º 22/2015, de 17 de março.

CLÁUSULA 12.ª

Critérios Ambientais - ENCP 2020 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016)

O objeto do contrato enquadra-se na lista de bens e serviços prioritários definida na alínea n) do ponto 4.1 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de Julho, nomeadamente, Produtos alimentares e serviços de catering. Os critérios ambientais não são requisitos de seleção e habilitação de fornecedores, nem fator de avaliação da proposta economicamente mais vantajosa, contudo, salienta-se que pelas características do

procedimento e o objeto contratual, serão implementadas boas práticas ambientais na execução do presente contrato.

CLÁUSULA 13.ª

Obrigações do Adjudicatário

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, o adjudicatário fica obrigado a fornecer os bens objeto do presente contrato, na morada dos estabelecimento de ensino mencionados no **Anexo A** do presente caderno de encargos, tendo em conta as seguintes disposições:

- a) O fornecimento de bens deverá ter início aquando da formalização da adjudicação, ou da celebração do contrato escrito, sempre que a ele houver lugar, prevendo-se que a respetiva execução venha a ter início a 3 de janeiro de 2022, de acordo com as normas constantes no **Anexo B**, relativamente à fruta objeto do presente procedimento;
- b) Fornecer os bens de acordo com a tabela constante do **Anexo C**, nos valores quantidades previstas no **Anexo D**;
- c) O número de peças de fruta a distribuir poderá sofrer alterações no decorrer do ano letivo, mas nunca por excesso, que serão comunicadas pelo adjudicante até ao final de semana para terem efeito na semana subsequente;
- d) Entregar os bens constantes do **Anexo D** nos estabelecimentos de educação do concelho de Águeda constante no **Anexo A**, suportando todas as despesas inerentes ao transporte;
- e) Substituir, quando necessário, por orientação do adjudicador, a tipologia de fruta, desde que enquadrada na lista de produtos a fornecer;
- f) A entrega dos produtos referidos na alínea b) deve ser efetuada semanalmente, não havendo lugar a repetição da peça de fruta na mesma semana, salvo com expressa autorização, por escrito, do adjudicante;
- g) A disponibilização da fruta deverá realizar-se, pelo menos, uma vez por semana, tendo em consideração que será consumida em dois dias intercalados e a sua entrega terá de ser efetuada à **segunda-feira**, exceto se coincidir com feriado, que passará automaticamente para o dia útil seguinte, tendo o fornecedor de garantir o seu bom estado de conservação no dia do consumo;

- h) Os produtos alvo de fornecimento devem apresentar-se frescos, respeitando os preceitos higiene-sanitários, e as normas constantes da alínea e) do número 1 da Cláusula 5ª, sendo que caso se verifiquem no ato da entrega a existência de produtos em condições impróprias, estes deverão ser imediatamente substituídos, às custas do adjudicatário.

CLÁUSULA 14.ª

Dever de sigilo

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Câmara Municipal de Águeda, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

CLÁUSULA 15.ª

Caução

1 – Para o cumprimento do presente contrato, não é exigida a prestação da Caução, nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do Decreto-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto.

CLÁUSULA 16.ª

Preço contratual

1 – Pela execução de todas as prestações de serviço objeto do presente contrato, nomeadamente, prestações efetuadas na sequência de qualquer prorrogação contratualmente prevista expressa ou tácita, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Câmara Municipal de

Águeda deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, incluindo as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

CLÁUSULA 17.ª

Condições de Pagamento

1 – As quantias devidas pela Câmara Municipal de Águeda, devem ser pagas até 60 dias após a receção pela Autarquia das respetivas faturas.

2 - A faturação dos bens a fornecer deve ser emitida mensalmente com a especificação dos estabelecimentos de educação do 1.º CEB, devendo ser discriminado o número total de cada peça de fruta, o respetivo peso e a identificação da guia de transporte ou documento equivalente.

3 – Para os efeitos dos números anteriores, a obrigação considera-se vencida após a entrega dos bens objeto deste caderno de encargos e sua aprovação.

4 – O número de compromisso deverá constar na(s) fatura(s)/recibo(s) a emitir para o pagamento das respetivas despesas inerentes ao presente contrato.

5 – Sem prejuízo dos requisitos exigidos na legislação fiscal no âmbito da execução dos contratos públicos o adjudicatário poderá emitir faturas eletrónicas, nos termos do disposto no artigo 299.º-B do CCP.

6 – Em caso de discordância por parte da Câmara Municipal de Águeda, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

Cláusula 18.ª

Penalidades contratuais

1 – Pelo incumprimento das datas e prazos de execução estabelecidos no presente Caderno de Encargos, ou no contrato, ou o não cumprimento das especificações definidas para os bens, a Câmara Municipal de Águeda

pode exigir do fornecedor o pagamento, a título de pena pecuniária, de uma multa diária, no montante de 1% do valor da prestação por cada dia de atraso.

2 – O valor acumulado das sanções pecuniárias não poderá exceder 20% do preço contratual e quando este limite seja atingido e a Câmara Municipal de Águeda decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%, de acordo com o definido pelo artigo 329.º do CCP.

3 – Na determinação da gravidade do incumprimento, a Câmara Municipal de Águeda tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

4 – A Câmara Municipal de Águeda pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

5 – As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Câmara Municipal de Águeda exija uma indemnização pelos danos decorrentes do incumprimento do adjudicatário.

Cláusula 19.ª

Força maior

1 – Não podem ser impostas penalidades ao adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2 – Verificados os requisitos previstos no número anterior, podem constituir casos de força maior, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3 – Não constituem força maior, designadamente:

- Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do adjudicatário, na parte em que intervenham;
- Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;

- Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo adjudicatário de normas legais;
- Incêndios ou inundações com origem nas instalações do adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do adjudicatário não devidas a sabotagem;
- Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4 – A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5 – Quando uma das partes não aceite por escrito que certa ocorrência invocada pela outra constitua força maior, cabe a esta fazer prova dos respetivos pressupostos.

6 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

7 – Sem prejuízo do disposto no número 1 da presente cláusula, caso a impossibilidade de execução do contrato, em resultado de caso de força maior, se prolongue por um período contínuo superior a 3 (três) meses, no caso da entidade adjudicante, ou de um (1) mês no caso do adjudicatário, qualquer das partes pode proceder à respetiva resolução, a exercer através dos meios previstos na alínea c) do artigo 330.º do CCP.

Cláusula 20.ª

Gestor do Contrato

1 – Para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, como gestor, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste contrato a Senhora Dra Marisa Almeida, Técnica Superior da Divisão de Desenvolvimento Local/Serviço de Educação.

2 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão para a decisão de contratar, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que se revelem adequadas.

Cláusula 21.ª

Resolução por parte do contraente público

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, nomeadamente os constantes do CCP, a Câmara Municipal de Águeda pode resolver o contrato, a título sancionatório, nos seguintes casos:

- a) Incumprimento das exigências legais ou das características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, respetivos anexos e na proposta adjudicada;
- b) Pela violação, de forma grave ou reiterada de qualquer das obrigações que lhe foram atribuídas no âmbito do contrato e do presente caderno de encargos.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Adjudicatário, com a indicação do fundamento da resolução, e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pelo contraente público, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

Cláusula 22.ª

Resolução por parte do Fornecedor

O Adjudicatário pode resolver o contrato nas situações e nos termos previstos no artigo 332.º do CCP.

Cláusula 23.ª

Subcontratação e cessão da posição contratual

A subcontratação pelo fornecedor e a cessão da posição contratual por qualquer das partes é admissível de acordo com o previsto no Código dos Contratos Públicos.

Cláusula 24.ª

Comunicações e notificações

1 – Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do CCP, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

3 – À data das notificações e comunicações é aplicável o artigo 469.º do CCP.

Cláusula 25.ª

Contagem dos prazos

À contagem de prazos relativos à formação e execução do contrato é aplicável, respetivamente, o disposto nos artigos 470.º e 471.º do CCP.

CLÁUSULA 26.ª

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Aveiro, com expressa renúncia a qualquer outro.

Cláusula 27.ª

Lei aplicável

Em tudo o omissso no processo que constitui o presente procedimento, observar-se-á o disposto na redação atual do Código dos Contratos Públicos e demais legislação subsidiária

Águeda, 22 de novembro 2021

A Técnica Superior,



(Marisa Almeida)

ANEXO A

MORADAS DOS ESTABELECIMENTOS PARA ENTREGA DA FRUTA ESCOLAR

Agrupamento	Estabelecimento de educação	Morada	Contacto
Agrupamento de Escolas de Águeda	EB Águeda	Rua Cmdt Pinho e Freitas 19 3750 – 127 Águeda	234 625 341
	EB Assequins	Rua da Escola 147, Catraia de Assequins 3750 – 308 Águeda	234 603 150
	EB Borralha	Rua S Tiago 195, S Tiago 3750 – 852 Borralha	234 624 972
	EB Fernando Caldeira	Rua Heróis do Ultramar 19 3750 – 150 Águeda	234 600 780
	EB Recardães	Rua da Igreja 248, Póvoa da Igreja 3750 – 721 Recardães	234 624 074
Agrupamento de Escolas De Águeda Sul	EB Aguada de Baixo	Avenida José Augusto Seabra 46 3750 – 031 Aguada de Baixo	234 666 717
	EB Aguada de Cima	Rua das Escolas 201, Engenho 3750 – 049 Aguada de Cima	234 666 800
	EB António Graça - Barrô	Rua do Pavilhão Gimnodesportivo 81 3750 – 351 Barrô Agd	234 603 465
	EB Prof. Artur Nunes Vidal	Rua Prof Artur Nunes Vidal 117 3750 – 430 Fermentelos	234 722 550
	EB Travassô	Rua Joaquim Gomes 1 3750 – 755 Travassô	234 629 605
Agrupamento de Escolas de Valongo do Vouga	EB Macinhata	Rua Dr Manuel Pereira da Graça 211 3750 – 593 Macinhata do Vouga	968 466 969
	EB Trofa	Avenida da Escola 165, Trofa 3750 – 791 Trofa Agd	965 221 288
	EB Valongo do Vouga	Rua Prof Beatriz Moura 220, Arrancada 3750 – 808 Valongo do Vouga	968 499 095

ANEXO B
PRODUTOS ELEGÍVEIS

Género elegível	Porção / Peça	Relação unidade/peso	Observação*
Maçã	1	8 a 10 unid/kg	100 g
Pêra	1	8 a 10 unid/kg	100 g
Clementina	1	10 a 14 unid/kg	100 g
Tangerina	1	10 a 14 unid/kg	100 g
Laranja	1	8 a 10 unid/kg	100 g
Banana	1	10 a 14 unid/kg	100 g
Cereja	½ chávena almoçadeira	7 a 9 unid/kg	100 g
Uvas	½ cacho	9 a 11 unid/kg	100 g
Ameixa	2	16 a 20 unid/kg	100 g
Pêssego	1	8 a 10 unid/kg	100 g
Anona	1	-----	100 g
Quivi	1	-----	100 g
Dióspiro	1	-----	100 g
Cenoura	2	11 a 16 unid/kg	100 g
Tomate a)	b) 1	9 a 11 unid/kg	100 g

a) Incluindo variedade de cereja ou equivalente

b) Até 3 quando se trate de variedade cereja ou equivalente

* **NOTA:** As unidades referidas são meramente indicativas, devendo ser cumprida a porção de 100g, conforme previsto na legislação em vigor.

ANEXO C
DISTRIBUIÇÃO SEMANAL

Ano Letivo		SEMANA E DATA		Fruta a distribuir (1.ºCEB)	
2021/2022	2.º Período	Semana 1	3 a 7 de janeiro 2022	Clementina	Laranja
		Semana 2	10 a 14 de janeiro 2022	Maçã	Quivi
		Semana 3	17 a 21 de janeiro 2022	Laranja	Pêra
		Semana 4	24 a 28 de janeiro 2022	Quivi	Laranja
		Semana 5	31 de janeiro a 4 de fevereiro 2022	Pêra	Tangerina
		Semana 6	7 a 11 de fevereiro 2022	Laranja	Maçã
		Semana 7	14 a 18 de fevereiro 2022	Tangerina	Cenoura
		Semana 8	21 a 25 de fevereiro 2022	Cenoura	Tangerina
		Semana 9	7 a 11 de março 2022	Banana	Maçã
		Semana 10	14 a 18 de março 2022	Laranja	Pêra
		Semana 11	21 a 25 de março 2022	Tangerina	Banana
		Semana 12	28 de março a 1 de abril 2022	Pêra	Maçã
	3.º Período	Semana 13	19 a 22 de abril 2022	Maçã	Banana
		Semana 14	26 a 29 de abril 2022	Laranja	Pêra
		Semana 15	2 a 6 de maio 2022	Maçã	Banana
		Semana 16	9 a 13 de maio 2022	Pêssego	Pêra
		Semana 17	16 a 20 de maio 2022	Cereja	Pêssego
		Semana 18	23 a 27 de maio 2022	Pêra	Tomate
		Semana 19	30 de maio a 3 de junho 2022	Tomate	Pêra
		Semana 20	7 a 9 de junho 2022	Cereja	Tomate
		Semana 21	13 a 17 de junho 2022	Ameixa	Banana
		Semana 22	20 a 24 de junho 2022	Tomate	Ameixa
		Semana 23	27 a 30 de junho 2022	Banana	Cereja

ANEXO D

QUANTIDADE TOTAL A DISTRIBUIR POR ESTABELECIMENTO DE ENSINO DO 1.º CICLO

Agrupamento de Escolas de Águeda														
Nome do Estabelecimento de Ensino	Maçã /Unidade	Pêra /Unidade	Clementina /Unidade	Tangerina/Unidade	Laranja/Unidade	Banana /Unidade	Cerejas ½ chávena	Uvas ½ cacho	Quiwi /Unidade	Pêssego /Unidade	Amêixa /Unidade	Cenoura/Unidade	Tomate/Unidade	Totais Fruta
EB1 ÁGUEDA (Chãs)	600	800	100	400	600	600	300	0	200	200	200	200	400	4 600
EB1 ASSEQUINS	270	360	45	180	270	270	135	0	90	90	90	90	180	2 070
EB1 BORRALHA	660	880	110	440	660	660	330	0	220	220	220	220	440	5 060
EB1 FERNANDO CALDEIRA	1 950	2 600	325	1 300	1 950	1 950	975	0	650	650	650	650	1 300	14 950
EB1 RECARDÃES	750	1 000	125	500	750	750	375	0	250	250	250	250	500	5 750
Total do Agrupamento por Fruta	4 230	5 640	705	2 820	4 230	4 230	2 115	0	1 410	1 410	1 410	1 410	2 820	32 430
Agrupamento de Escolas de Águeda Sul														
Nome do Estabelecimento de Ensino	Maçã /Unidade	Pêra /Unidade	Clementina /Unidade	Tangerina/Unidade	Laranja/Unidade	Banana /Unidade	Cerejas ½ chávena	Uvas ½ cacho	Quiwi /Unidade	Pêssego /Unidade	Amêixa /Unidade	Cenoura/Unidade	Tomate/Unidade	Totais Fruta
EB1 AGUADA DE BAIXO	342	456	57	228	342	342	171	0	114	114	114	114	228	2 622
EB1 AGUADA DE CIMA	870	1 160	145	580	870	870	435	0	290	290	290	290	580	6 670
EB António Graça – Barrô	528	704	88	352	528	528	264	0	176	176	176	176	352	4 048
EB1 PROF. ARTUR NUNES VIDAL	1 020	1 360	170	680	1 020	1 020	510	0	340	340	340	340	680	7 820
EB1 TRAVASSÔ	510	680	85	340	510	510	255	0	170	170	170	170	340	3 910
Total do Agrupamento por Fruta	3 270	4 360	545	2 180	3 270	3 270	1 635	0	1 090	1 090	1 090	1 090	2 180	25 070
Agrupamento de Escolas de Valongo do Vouga														
Nome do Estabelecimento de Ensino	Maçã /Unidade	Pêra /Unidade	Clementina /Unidade	Tangerina/Unidade	Laranja/Unidade	Banana /Unidade	Cerejas ½ chávena	Uvas ½ cacho	Quiwi /Unidade	Pêssego /Unidade	Amêixa /Unidade	Cenoura/Unidade	Tomate/Unidade	Totais Fruta
EB1 VALONGO DO VOUGA	1 080	1 440	180	720	1 080	1 080	540	0	360	360	360	360	720	8 280
EB1 MACINHATA DO VOUGA	510	680	85	340	510	510	255	0	170	170	170	170	340	3 910
EB1 TROFA	1 050	1 400	175	700	1 050	1 050	525	0	350	350	350	350	700	8 050
Total do Agrupamento por Fruta	2 640	3 520	440	1 760	2 640	2 640	1 320	0	880	880	880	880	1 760	20 240
TOTAL DOS AGRUPAMENTOS	10 140	13 520	1 690	6 760	10 140	10 140	5 070	0	3 380	3 380	3 380	3 380	6 760	77 740